

Izabel Sadalla Grispino *

A educação é um direito de todos. A obrigatoriedade faz parte da nossa legislação. A Constituição do Brasil, de 1988, diz que o ensino fundamental é obrigatório no País e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, determina que o poder público criará alternativas para o acesso ao ensino.

O direito à educação cria classes hospitalares, atendendo aos doentes. É uma modalidade de ensino especial, que começa a crescer no País. As crianças doentes têm direito à educação como qualquer outro aluno, inclusive as que ainda não estão matriculadas em escolas.

Uma resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) mencionou pela primeira vez as classes hospitalares em 2001. Pela resolução, os sistemas de ensino deveriam integrar-se aos de saúde para organizar o atendimento educacional especializado a crianças que não podem frequentar a escola por problemas de saúde.

Em dezembro de 2002, o governo federal lançou um documento denominado Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar. Esse documento dá as diretrizes sobre como devem ser o funcionamento e a organização das escolas em hospitais. O único impedimento para que a criança não estude nos hospitais é a opinião médica, desaconselhando para o momento.

Nos últimos anos tem crescido o interesse de educadores e médicos pelo assunto. O envolvimento da criança pelo estudo acaba, também, sendo útil à sua recuperação. A criança se cura mais rapidamente.

Como numa escola, existem compromissos que devem ser cumpridos pelos educadores e pelas crianças. No lugar do exercício para casa, há o exercício para a cama. Também o momento de brincar, que seria a hora do recreio. Há a preocupação de adaptar o conteúdo ao

contexto da criança internada e o acompanhamento é praticamente individual.

Os professores precisam preparar-se para a educação especial voltada para crianças com problemas de saúde, freqüentar cursos de capacitação. Dificuldades existem e vão desde a condição psicológica e física do aluno até a necessidade de um trabalho interdisciplinar, já que não há professores de todas as áreas.

Os educadores são ligados às secretarias municipal e estadual de Educação, mas planejam internamente as atividades. Os trabalhos levam em conta o desenvolvimento de cada criança e informações obtidas nas escolas em que estão matriculadas. Lições, provas e outros relatórios de desempenho são enviados ao hospital e voltam à escola de origem depois de prontos. As tarefas e as provas são assim elaboradas em conjunto com as escolas de origem. Notas ou avaliações são sempre consideradas pelas instituições, o que impede que a criança perca o ano.

A medicina moderna segue essa interdisciplinaridade, unindo profissionais de saúde e educação. Referenda que o contato escolar aproxima a criança internada de seu cotidiano. Dá a ela a sensação de cura, esperança de sair do hospital, o que ajuda na sua recuperação.

Brincar e estudar humanizam o tratamento, despertam entusiasmo e vontade de curar.

*** Supervisora de ensino aposentada.□□□□□ □**
(Publicado em dezembro/2006)